



**SIMULADO
FINAL**

IASES

**Agente Socioeducativo
Pós-Edital**

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **IASES**, cargo de **Agente Socioeducativo**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/zgVt7mPFKAYFptmt5>

01 - A B C D	15 - A B C D	29 - A B C D	43 - A B C D	57 - A B C D
02 - A B C D	16 - A B C D	30 - A B C D	44 - A B C D	58 - A B C D
03 - A B C D	17 - A B C D	31 - A B C D	45 - A B C D	59 - A B C D
04 - A B C D	18 - A B C D	32 - A B C D	46 - A B C D	60 - A B C D
05 - A B C D	19 - A B C D	33 - A B C D	47 - A B C D	61 - A B C D
06 - A B C D	20 - A B C D	34 - A B C D	48 - A B C D	62 - A B C D
07 - A B C D	21 - A B C D	35 - A B C D	49 - A B C D	63 - A B C D
08 - A B C D	22 - A B C D	36 - A B C D	50 - A B C D	64 - A B C D
09 - A B C D	23 - A B C D	37 - A B C D	51 - A B C D	65 - A B C D
10 - A B C D	24 - A B C D	38 - A B C D	52 - A B C D	66 - A B C D
11 - A B C D	25 - A B C D	39 - A B C D	53 - A B C D	67 - A B C D
12 - A B C D	26 - A B C D	40 - A B C D	54 - A B C D	68 - A B C D
13 - A B C D	27 - A B C D	41 - A B C D	55 - A B C D	69 - A B C D
14 - A B C D	28 - A B C D	42 - A B C D	56 - A B C D	70 - A B C D

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/kuH1>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Patrícia Manzato***Texto para responder as questões de 1 a 10**

Brasil intensifica ações para proteção de crianças e adolescentes na saúde, educação e direitos humanos.

Políticas de garantia dos direitos humanos, acesso aos serviços públicos e prevenção da violência contra crianças e adolescentes são exemplos dos avanços do Governo do Brasil na promoção do cuidado integral para este grupo.

Desde o início do seu terceiro mandato, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem ressaltado que, para ele, governar é cuidar. Nessa perspectiva, não há desenvolvimento sustentável possível sem que o cuidado com crianças e adolescentes esteja no centro das políticas públicas. Desde 2023, essa prioridade se traduz em avanços na educação, na saúde e no fortalecimento da rede de proteção, com resultados concretos e a adoção de novos instrumentos legais, como a sanção do ECA Digital, que atualiza o Estatuto da Criança e do Adolescente para garantir direitos, segurança e proteção no ambiente virtual.

No campo da educação, os programas Pé-de-Meia e Escola em Tempo Integral, implantados nesta gestão, abriram novas e importantes frentes. O primeiro permite que milhões de estudantes do ensino médio de baixa renda possam se manter na escola. O segundo, assegura a ampliação de matrículas em tempo integral (igual ou superior a 7h diárias ou 35h semanais) em todas as etapas e modalidades da educação básica. Os números revelam os avanços do país nesses temas.

Em dezembro, 8,4 milhões de crianças de zero a seis anos receberam o Benefício Primeira Infância no país, a partir de um investimento de R\$ 1,19 bilhão do Governo do Brasil. Já o Benefício Variável Familiar chegou a 14,4 milhões de crianças e adolescentes de sete a 18 anos, além de 626 mil gestantes e 459 mil mil nutrizes. Para esses pagamentos, o investimento superou R\$ 717 milhões.

Adaptado de <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2025/12/brasil-intensifica-acoes-para-protecao-de-criancas-e-adolescentes-na-saude-educacao-e-direitos-humanos>

- 1.** Considerando a estrutura, o vocabulário e o propósito comunicativo do texto, é correto afirmar que seu gênero se aproxima de um(a):
 - a) artigo de opinião, pois defende uma tese pessoal sobre a eficácia das políticas públicas.
 - b) manifesto político, pois conclama a sociedade a aderir a uma nova filosofia de governo.
 - c) relatório técnico-financeiro, pois seu foco principal é a prestação de contas dos valores investidos.
 - d) notícia de caráter expositivo-informativo, pois visa dar publicidade a ações governamentais concretas.

- 2.** Infere-se do texto que a estratégia de comunicação do governo, ao vincular as ações ao lema "governar é cuidar", busca:
 - a) reconhecer uma falha histórica dos governos anteriores no trato com a infância.
 - b) criar uma identidade humanizada e afetiva para a gestão, associando política a um valor universalmente positivo.
 - c) justificar o aumento de gastos públicos em áreas sociais consideradas não prioritárias.
 - d) estabelecer um contraste direto com políticas de austeridade fiscal, sugerindo que estas são incompatíveis com o cuidado.

3. Considere as três ocorrências do vocábulo **que** nos trechos abaixo:

- I. "...o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem ressaltado **que**, para ele, governar é cuidar."
- II. "...sem **que** o cuidado com crianças e adolescentes esteja no centro das políticas públicas."
- III. "...o ECA Digital, **que** atualiza o Estatuto da Criança e do Adolescente..."

A classificação morfossintática do vocábulo é, correta e respectivamente:

- a) conjunção integrante; pronome relativo; conjunção consecutiva.
- b) pronome relativo; conjunção integrante; pronome relativo.
- c) conjunção integrante; conjunção subordinativa adverbial; pronome relativo.
- d) conjunção explicativa; conjunção condicional; conjunção integrante.

4. No trecho "...os programas Pé-de-Meia e Escola em Tempo Integral, implantados nesta gestão, abriram novas e importantes frentes", as vírgulas foram empregadas para:

- a) separar um aposto explicativo que detalha os programas mencionados.
- b) isolar uma oração subordinada adjetiva explicativa com verbo no particípio.
- c) indicar a elipse (omissão) do verbo "foram" em uma estrutura de voz passiva.
- d) destacar um adjunto adverbial de tempo deslocado para o meio da oração.

5. Substituindo-se o verbo "assegura" no trecho – "*O segundo, assegura a ampliação de matrículas em tempo integral...*" – pelo verbo **andossar**, a reescrita que respeita a norma-padrão da regência é:

- a) O segundo, endossa a ampliação de matrículas em tempo integral...
- b) O segundo, endossa à ampliação de matrículas em tempo integral...
- c) O segundo, endossa em ampliar as matrículas em tempo integral...
- d) O segundo, endossa para a ampliação de matrículas em tempo integral...

6. Considere o período: "*Desde 2023, essa prioridade se traduz em avanços na educação, na saúde e no fortalecimento da rede de proteção, com resultados concretos e a adoção de novos instrumentos legais.*" Assinale a alternativa que reescreve o trecho, mantendo o sentido original e a correção gramatical.

- a) A partir de 2023, avanços na educação, na saúde e no fortalecimento da rede de proteção, juntamente a resultados concretos e à adoção de novos instrumentos, tem traduzido essa prioridade.
- b) Essa prioridade, desde 2023, tem se traduzido em avanços na educação, saúde e no fortalecimento da rede protetiva, bem como em resultados concretos e na adoção de novos instrumentos legais.
- c) Resultados concretos e a adoção de novos instrumentos legais, junto com avanços na educação, na saúde e no fortalecimento da rede de proteção, traduzem essa prioridade desde 2023.
- d) Desde 2023, essa prioridade é traduzida por avanços educacionais, de saúde e de fortalecimento da rede de proteção, nos quais resultam em resultados concretos e na adoção de novos instrumentos.

Simulado Final IASES (Agente Socioeducativo) - 11/01/2026

7. Se o governo precisasse corrigir uma informação divulgada anteriormente sobre os programas e, em seguida, confirmar seu compromisso com a educação, as ações realizadas seriam, respectivamente:

- a) retificar os dados e ratificar o compromisso.
- b) ratificar os dados e retificar o compromisso.
- c) retificar os dados e retificar o compromisso.
- d) ratificar os dados e ratificar o compromisso.

8. No título – “*Brasil intensifica ações para proteção de crianças e adolescentes...*” –, o uso do verbo “intensificar” sugere, no contexto da comunicação governamental, que:

- a) as ações anteriores eram inexistentes ou completamente ineficazes.
- b) as ações já existiam, mas agora estão sendo ampliadas, aprofundadas ou recebendo mais recursos.
- c) as ações são temporárias e visam apenas a um impacto de curto prazo.
- d) o governo está iniciando um debate sobre a necessidade de criar novas ações do zero.

9. No trecho “*O primeiro permite que milhões de estudantes do ensino médio de baixa renda possam se manter na escola*”, a locução verbal “possam se manter” poderia ser substituída, sem alteração fundamental de sentido e mantendo a correção, por:

- a) se mantenham
- b) mantêm-se
- c) se mantivessem
- d) manter-se-ão

10. Ao apresentar dados numéricos precisos no último parágrafo, como “8,4 milhões de crianças” e “investimento de R\$ 1,19 bilhão”, o texto visa primordialmente:

- a) cumprir uma exigência legal de transparência de gastos públicos.
- b) fornecer material para análise estatística a pesquisadores da área social.
- c) conferir objetividade, credibilidade e materialidade às políticas descritas.
- d) dificultar a leitura para o público geral, que não tem familiaridade com grandes cifras.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Carlos Henrique

11. Um servidor recebe um auxílio mensal que corresponde a R\$ 240,00, acrescido de R\$ 12,00 por dia efetivamente trabalhado no mês.

Se, em determinado mês, o valor total recebido foi de R\$ 420,00, quantos dias esse servidor trabalhou nesse mês?

- a) 12
- b) 14
- c) 15
- d) 16

12. Um valor de R\$ 5.000,00 foi aplicado a juros simples, à taxa de 2% ao mês, durante 5 meses. O montante final dessa aplicação foi:

- a) R\$ 5.400,00
- b) R\$ 5.450,00
- c) R\$ 5.500,00
- d) R\$ 5.600,00

13. Uma caneca cheia de água tem a massa de 210 g. Duas canecas iguais à anterior, uma delas vazia e outra com água pela metade, possuem massa de 240 g.

O peso de uma caneca vazia é:

- a) 90 g.
- b) 100 g.
- c) 110 g.
- d) 120 g.

14. Considere o conjunto de dados:

$$4,6,8,10,12$$

A razão entre a média aritmética e a amplitude desse conjunto é igual a:

- a) 1/2
- b) 1
- c) 2
- d) 2,5

15. Um terreno retangular possui 12 m de comprimento e 5 m de largura. A distância, em metros, entre dois vértices opostos desse terreno é:

- a) 13
- b) 14
- c) 15
- d) 16

- a) memória cache
- b) memória rom
- c) memória virtual
- d) memória principal

17. No Windows, temos a Central de Ações que é a área onde ficam as notificações de aplicativos e indicações de ações rápidas necessárias. Para acessar essa área podemos ativar a seguinte combinação de teclas:

- a) Windows + A.
- b) Windows + T.
- c) Windows + V.
- d) Windows + J.

18. No Excel, um usuário digitou 10 na célula A, pressionou a tecla enter, voltou à célula A1 e pressionou o botão . Qual valor aparecerá na célula A1 após esses procedimentos?

- a) 0,01.
- b) 0,1.
- c) 10%.
- d) 1000%.

19. Ao utilizar o serviço de Busca, um usuário deseja pesquisar as páginas que contenham exatamente a expressão CONCURSOS NACIONAIS. Para isso, ele deve usar qual operador dentre os listados abaixo?

- a) -.
- b) ""
- c) E
- d) OU.

INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

16. Com o aumento do uso de recursos de memórias foi criada uma técnica que permite que o Sistema Operacional gere um arquivo no HD, chamado de Swap File, o que permite a simulação de um aumento da memória principal. O nome desse recurso é:

20. O ataque também conhecido como “envenenamento de cache DNS” é o:

- a) Ransomware
- b) Pharming.
- c) Phishing
- d) Spyware.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITOS HUMANOS

Géssica Ehle

21.. A Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), disciplinando a execução das medidas socioeducativas aplicadas aos adolescentes em conflito com a lei. À luz dessa lei, assinale a alternativa correta.

- a) O SINASE aplica-se a crianças e adolescentes autores de ato infracional, priorizando a internação como medida principal.
- b) A execução das medidas socioeducativas deve observar princípios como legalidade, excepcionalidade da intervenção judicial e prioridade à responsabilização punitiva do adolescente
- c) As medidas socioeducativas de liberdade assistida, de semiliberdade e de internação deverão ser reavaliadas no máximo a cada 6 (seis) meses.
- d) Caso, no transcurso da execução, sobrevier sentença de aplicação de nova medida socioeducativa, a autoridade judiciária extinguirá de ofício a medida inicial, determinando a liberação do adolescente.

22. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), assinale a alternativa correta.

- a) O ECA adota o princípio da situação irregular como fundamento da proteção à criança e ao adolescente.
- b) Criança é a pessoa com até 11 anos completos, e adolescente é aquela entre 12 e 17 anos de idade.
- c) A proteção integral assegurada pelo ECA reconhece crianças e adolescentes como sujeitos de direitos.
- d) O ECA restringe a garantia de direitos fundamentais apenas às crianças em situação de vulnerabilidade social.

23. Nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, acerca das medidas socioeducativas aplicáveis ao adolescente autor de ato infracional, assinale a alternativa correta.

- a) A norma resguarda a incomunicabilidade do adolescente infrator às práticas passíveis de internação, quando cometidas reiteradamente.
- b) A internação é a medida socioeducativa prioritária, devendo ser aplicada sempre que houver prática de ato infracional grave.
- c) A internação, diferentemente da semiliberdade, não autoriza a realização de atividades externas pelo adolescente infrator.
- d) A advertência consiste em admoestação verbal realizada pela autoridade competente, que poderá ser aplicada ainda que não se tenha certeza quanto à autoria do ato infracional.

24. As Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude, conhecidas como Regras de Beijing, estabelecem diretrizes internacionais para o tratamento de crianças e adolescentes em conflito com a lei. Sobre essas regras, assinale a alternativa incorreta.

- a) As Regras de Beijing determinam que a resposta ao ato infracional deve ser proporcional não apenas à gravidade da infração, mas também às circunstâncias e às necessidades do adolescente.
- b) As Regras de Beijing autorizam a aplicação automática de sanções penais aos adolescentes, sempre que o ato infracional corresponder a crime grave previsto na legislação penal.
- c) As Regras de Beijing reconhecem que a privação de liberdade deve ser utilizada como medida de último recurso e pelo menor tempo possível.
- d) As Regras de Beijing enfatizam a importância de procedimentos que respeitem a dignidade, os direitos fundamentais e o desenvolvimento do adolescente.

25. O Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990, promulgou no Brasil a Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas. À luz desse diploma, assinale a alternativa correta.

- a) A Convenção sobre os Direitos da Criança reconhece a criança como objeto de tutela do Estado, não lhe atribuindo a condição de sujeito de direitos.
- b) A Convenção estabelece o princípio do interesse superior da criança como diretriz central para todas as decisões que lhe digam respeito.
- c) O decreto limita a aplicação da Convenção apenas às crianças em situação de abandono ou vulnerabilidade social.
- d) A Convenção prevê não ser arredável que crianças conheçam seus pais e a sejam cuidadas por eles.

26. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948, representa um marco na proteção internacional da dignidade da pessoa humana. À luz de seu conteúdo, assinale a alternativa correta.

- a) A Declaração Universal dos Direitos Humanos possui natureza de tratado internacional e impõe obrigações jurídicas imediatas aos Estados signatários.
- b) A Declaração Universal dos Direitos Humanos limita-se à proteção de direitos civis e políticos, não contemplando direitos sociais, econômicos e culturais.
- c) A Declaração prevê que ninguém será condenado por ações ou omissões que, no momento da sua prática, não constituíam ato delituoso à face do direito interno, exclusivamente.
- d) A Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma que toda pessoa sujeita a perseguição tem o direito de procurar e de beneficiar de asilo em outros países, não podendo invocar tal direito quando houver processo por crime de direito comum.

27. Com base na Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinale a alternativa correta.

- a) A DUDH admite a privação da liberdade e a submissão a tratamentos degradantes, desde que haja previsão em lei interna do Estado.
- b) Em estado de guerra declarada, a DUDH admite a prática da tortura para obtenção de informações.
- c) A DUDH assegura a proibição absoluta da escravidão e da tortura, bem como o direito de não ser arbitrariamente preso e de ser julgado por tribunal independente e imparcial.
- d) O direito ao julgamento justo previsto na DUDH prevê que as causas sejam julgadas em processos sigilosos.

28. Julgue os itens a seguir, relativos à natureza jurídica da incorporação das normas internacionais no ordenamento jurídico brasileiro.

I. A incorporação de tratados internacionais no Brasil depende, como regra, da aprovação pelo Congresso Nacional e da promulgação por decreto presidencial.

II. Tratados internacionais de direitos humanos aprovados pelo rito qualificado do art. 5º, §3º, da Constituição Federal, possuem natureza jurídica equivalente à de emendas constitucionais.

III. Todos os tratados internacionais incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro possuem hierarquia constitucional, independentemente da matéria tratada.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas a I.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) Todas as assertivas.

29. Julgue os itens a seguir, relativos às Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção de Jovens Privados de Liberdade.

I. Os(as) adolescentes não devem ser transferidos(as) de uma unidade socioeducativa para outra arbitrariamente.

II. Para o deslocamento de adolescentes, as Regras garantem que haja transporte com ventilação e iluminação adequadas e em condições que não os(as) sujeitem de forma alguma a condições degradantes ou indignas.

III. As Regras garantem o direito à educação que deverá ser oferecida fora da unidade socioeducativa, sempre que possível, em escolas da comunidade e, em qualquer caso, por professores(as) qualificados(as).

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas a I.
- b) I e II.

c) II e III.

d) Todas as assertivas.

30. As Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Pessoas Presas, conhecidas como Regras de Mandela, estabelecem padrões internacionais de respeito à dignidade humana no sistema prisional. Sobre essas regras, assinale a alternativa incorreta.

- a) As Regras de Mandela determinam que toda pessoa presa deve ser tratada com respeito à sua dignidade e aos seus direitos humanos fundamentais.
- b) As Regras de Mandela admitem o isolamento prolongado como forma regular de disciplina prisional.
- c) As Regras de Mandela asseguram às pessoas presas acesso a serviços de saúde equivalentes aos disponíveis à população em geral.
- d) As Regras de Mandela proíbem que se aplique aos presos tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes, independentemente de qualquer circunstância.

DIREITO CONSTITUCIONAL*Adriane Fauth*

31. Com base no disposto na Constituição Federal de 1988, a respeito dos direitos da criança, do adolescente e do jovem, analise as alternativas abaixo e assinale a **correta**:

- a) O direito à proteção especial da criança e do adolescente inclui a garantia de acesso ao trabalho a partir dos 12 anos de idade, desde que haja autorização judicial.
- b) A aplicação de medidas privativas de liberdade à criança e ao adolescente deve observar os princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.
- c) A Constituição Federal não prevê programas de prevenção e atendimento especializado à criança, ao adolescente e ao jovem dependente de entorpecentes e drogas afins.
- d) A proteção especial prevista na Constituição não inclui a garantia de acesso do trabalhador adolescente e jovem à escola.
- e) O estímulo ao acolhimento de crianças ou adolescentes órfãos ou abandonados, sob a forma de guarda, é de responsabilidade exclusiva da família, sem qualquer incentivo ou assistência do Poder Público.

32. Em decorrência de emenda constitucional que ampliou o rol de direitos sociais aplicáveis aos trabalhadores domésticos, diversos direitos anteriormente restritos aos trabalhadores urbanos e rurais passaram a lhes ser assegurados. À luz da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa que corresponde a um direito social trabalhista assegurado a essa categoria de trabalhadores:

- a) Fundo de garantia por tempo de serviço e percepção de décimo terceiro salário calculado com base na remuneração integral.
- b) Direito a aviso prévio proporcional ao tempo de serviço e à proteção contra os efeitos da automação, conforme previsão legal.

c) Percepção de salário mínimo e estabelecimento de piso salarial proporcional à extensão e à complexidade das atividades exercidas.

d) Limitação da jornada normal de trabalho a oito horas diárias e participação nos lucros ou resultados, desvinculada da remuneração.

33. Nos termos da Constituição Federal de 1988, é assegurada a liberdade de associação profissional ou sindical, observadas determinadas garantias e vedações. Analise as assertivas a seguir:

- I) A participação das entidades sindicais nas negociações coletivas de trabalho é facultativa.
- II) Incumbe ao sindicato a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em âmbito judicial ou administrativo.
- III) É obrigatório que todos os integrantes da categoria profissional se filiem ou permaneçam filiados ao respectivo sindicato.
- IV) O trabalhador aposentado filiado ao sindicato possui direito de votar e de ser votado nas entidades sindicais.

Com base nas assertivas acima, assinale a alternativa correta.

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- d) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.

34. Compete privativamente à União legislar sobre:

- a) Proteção à infância, bem como sobre metalurgia e recursos minerais, exceto jazidas.
- b) Legislar sobre águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão.
- c) Disciplinar direito civil, penal, processual, eleitoral, do trabalho, tributário, financeiro e penitenciário.
- d) Legislar sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza e proteção do meio ambiente.

35. No contexto da divisão de competências dos entes federativos no Brasil, analise as alternativas a seguir e assinale a correta:

- a) Os municípios não têm competência para legislar sobre assuntos locais.
- b) A União detém competência exclusiva para organizar os serviços públicos de saúde em todo o país.
- c) Os Estados podem editar normas gerais sobre educação básica aplicáveis em todo o território nacional.
- d) Os municípios possuem competência para manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental.

36. À luz da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

- a) O acesso a cargos, empregos e funções públicas é limitado exclusivamente a brasileiros natos.
- b) O texto constitucional admite de forma excepcional a acumulação remunerada de cargos públicos.
- c) Para efeitos de aposentadoria, é permitido o cômputo de tempo de contribuição fictício.
- d) A investidura em cargo público somente pode ocorrer mediante aprovação em concurso público.

37. Com relação às hipóteses de emenda à Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) A Constituição pode ser emendada por proposta do Presidente da República.
- b) A Constituição pode ser emendada durante a vigência de intervenção federal ou estado de sítio.
- c) A promulgação de emendas à Constituição é feita exclusivamente na Mesa da Câmara dos Deputados.
- d) É admissível proposta de emenda que tenha por objeto abolir direitos e garantias individuais.

38. Sobre o regramento das medidas provisórias na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

- a) É admitida a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou perdido sua eficácia por decurso de prazo, desde que aprovada por dois terços de qualquer das Casas do Congresso Nacional.
- b) As medidas provisórias têm sua votação iniciada na Câmara dos Deputados.
- c) A deliberação de cada Casa do Congresso Nacional sobre o mérito das medidas provisórias independe de juízo prévio sobre a observância de seus pressupostos constitucionais.
- d) As medidas provisórias têm sua votação iniciada no Senado Federal.

39. Considerando a organização da Segurança Pública segundo a Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) As polícias civis são responsáveis pelo policiamento ostensivo e pela manutenção da ordem pública.
- b) Os corpos de bombeiros militares, além das funções previstas em lei, têm a atribuição de atuar em atividades de defesa civil.
- c) As polícias militares exercem a polícia judiciária e investigam infrações penais, inclusive militares.
- d) As polícias penais, nos âmbitos federal, estadual e do Distrito Federal, têm a função de atuar em segurança de portos, aeroportos e fronteiras.

40. O Capítulo VII da Constituição Federal de 1988 trata dos direitos da família, da criança, do adolescente, do jovem e do idoso. Com base nesse capítulo, indique V para verdadeiro e F para falso:

(_) Homens e mulheres possuem iguais direitos e deveres na constituição e manutenção da sociedade conjugal.

(_) O casamento religioso é dissolvido pelo divórcio.

(_) O planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, permitida a intervenção coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- a) V, V, V.
- b) F, F, V.
- c) V, F, F.
- d) F, V, F.

**- LEI N.º 9.455/1997 - CRIMES DE TORTURA,
LEI N.º 7.716/1989, LEI N.º 13.869/2019 E LEI
N.º 706/2013**

Antônio Pequeno

41. Nos termos da lei nº 13869/2019, conhecida como a Lei de Abuso de Autoridade, marque a alternativa incorreta

- a) A lei traz penas restritivas de direitos.
- b) A ação penal é pública incondicionada
- c) Os crimes previstos nesta lei só podem ser praticados na forma dolosa
- d) A perda do cargo é um efeito automático.

42. Um Agente Socioeducativo praticou um crime de abuso de autoridade, de acordo com a lei nº 13.869/2019, tendo em vista esse fato ele foi condenado pela prática do crime a pena de detenção e essa foi substituída pela pena restritiva

de direito de suspensão do exercício do cargo, que pode ser determinada pelo um período de.

- a) dois meses a seis meses.
- b) três meses a seis meses.
- c) um mês a seis meses.
- d) um mês a cinco meses

43. Conforme previsto expressamente na lei nº 13869/2019, conhecida como a Lei de Abuso de Autoridade, é considerado agente público para fins de incidência desta lei, exceto:

- a) Membros do Poder Judiciário.
- b) Membros do Poder Legislativo.
- c) Membros do Poder Executivo.
- d) Colaboradores com a administração.

44. Nos termos da lei nº 9.455/1997, conhecida como a Lei de Tortura, marque a alternativa incorreta

- a) A tortura só pode ser praticada na forma dolosa.
- b) A ação penal nos crimes de tortura é pública incondicionada
- c) São crimes que podem ser praticados de forma comissiva ou omissiva.
- d) A perda do cargo não é um efeito automático.

45. Um Agente Socioeducativo praticou uma torturacastigo contra um menor que estava cumprindo uma medida socioeducativa. Com base nessa situação hipotética, o agente público responderá pela prática do crime de tortura com a incidência de uma majorante de:

- a) 1/6 a 1/3.
- b) 1/3 a 2/3
- c) 1/2 a 2/3
- d) 1/6 a 2/3.

- 46.** Um brasileiro foi vítima do crime de tortura na Espanha. Com base nessa situação hipotética e de acordo com a lei nº 9.455/1997 marque a alternativa correta:
- a) A lei brasileira não poderá ser aplicada.
 - b) A lei brasileira poderá ser aplicada se preencher determinadas condições
 - c) A lei brasileira será aplicada independentemente de qualquer condição.
 - d) Só pode ser aplicada a lei brasileira se o sujeito ativo for brasileiro.
- 47.** De acordo com a lei nº 9.455/1997, marque a alternativa abaixo que traz uma modalidade de tortura qualificada
- a) tortura praticada contra uma criança
 - b) tortura praticada contra um adolescente
 - c) tortura praticada contra uma pessoa idosa
 - d) tortura com o resultado morte.
- 48.** De acordo com expressamente previsto na lei nº 7716/1989, marque a alternativa abaixo que traz um elemento que não está no crime de injúria racial
- a) raça
 - b) religião
 - c) cor.
 - d) procedência nacional.
- 49.** Um Agente Socioeducativo foi condenado por ter praticado uma injúria racial, crime previsto no art.2-A, da lei nº 7,716/1989, contra um menor. Nesse caso o efeito da condenação que consiste na perda do cargo é um efeito
- a) automático
 - b) não automático e exige reincidência específica.
 - c) não automático e exige reincidência específica e que seja declarada de forma motivada na sentença.
 - d) não automático e exige que seja declarada de forma motivada na sentença.
- 50.** Nos termos da lei Complementar estadual do Espírito do Santo de nº 703/ 2013, a progressão é a passagem de uma referência para outra imediatamente superior, dentro da mesma classe, e dar-se-á no interstício de:
- a) 2 (dois) anos
 - b) 1 (um) ano.
 - c) 3 (três) anos.
 - d) 4 (quatro) anos.

SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO (SINASE). LEI FEDERAL Nº 12.594/2012 E ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E ATUALIZAÇÕES*Anna Valéria*

- 51.** De acordo com a Lei nº 12.594/2012 que institui o SINASE, assinale a alternativa incorreta:
- a) Entende-se por SINASE o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, incluindo-se nele, por adesão, os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento a adolescente em conflito com a lei.
 - b) A responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação é um dos objetivos das medidas socioeducativas.
 - c) A desaprovação da conduta infracional, efetivando as disposições da sentença como parâmetro máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos é um dos princípios que regem o SINASE.
 - d) A integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento é um dos objetivos das medidas socioeducativas.

52. Considerando a repartição de competências no âmbito do SINASE, assinale a alternativa correta:

- a) Elaborar o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo, em parceria com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios é uma das competências da União em relação ao SINASE.
- b) Formular, instituir, coordenar e manter Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo, respeitadas as diretrizes fixadas pela União é uma das competências da União em relação ao SINASE.
- c) Elaborar o Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo em conformidade com o Plano Nacional é uma das competências dos municípios em relação ao SINASE.
- d) Compete aos Estados a coordenação exclusiva do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.

53. No âmbito das medidas aplicáveis aos pais ou responsáveis, previstas no art. 129 do ECA, é correto afirmar que:

- a) A aplicação das medidas é de competência exclusiva da autoridade judiciária.
- b) O Conselho Tutelar pode aplicar diretamente todas as medidas previstas no artigo.
- c) Algumas medidas podem ser aplicadas pelo Conselho Tutelar, e outras são de competência judicial.
- d) As medidas possuem natureza exclusivamente sancionatória.

54. Em relação ao ato infracional praticado por adolescentes, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que:

- a) A internação é a regra quando o ato infracional for equiparado à crime grave.
- b) O princípio da legalidade é relativizado em razão da condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.
- c) As medidas socioeducativas devem observar a proporcionalidade, a brevidade e o caráter pedagógico.

d) A reiteração de atos infracionais autoriza automaticamente a internação do adolescente.

55. Quanto às atribuições do Conselho Tutelar, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta:

- a) Possui competência para determinar a suspensão do poder familiar.
- b) É órgão permanente, autônomo e não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.
- c) Atua exclusivamente mediante provocação do Poder Judiciário.
- d) Suas decisões têm natureza judicial.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS/LEGISLAÇÃO REFERENTE À POLÍTICA SOCIOEDUCATIVA

Tiago Zanolla

56. À luz das regras sobre a responsabilidade do servidor público, assinale a alternativa **correta**:

- a) A exoneração do servidor público extingue automaticamente sua responsabilidade administrativa, ainda que o fato tenha ocorrido durante o exercício do cargo.
- b) A responsabilidade civil do servidor público somente se configura quando o ato for doloso e causar prejuízo exclusivamente à Fazenda Pública estadual.
- c) A absolvição criminal sempre afasta a responsabilidade civil e administrativa do servidor público, em razão da independência mitigada das instâncias.
- d) As responsabilidades civil, penal e administrativa são independentes entre si e podem cumular-se, não sendo afastadas pela exoneração, aposentadoria ou disponibilidade do servidor.

57. À luz das regras sobre advertência, suspensão, abandono de cargo, inassiduidade habitual e cassação de aposentadoria ou disponibilidade, assinale a alternativa **correta**:

- a) A advertência somente poderá ser aplicada por escrito e apenas nos casos de reincidência em faltas leves.
- b) A suspensão poderá ser aplicada tanto nos casos de reincidência em faltas punidas com advertência quanto nas hipóteses de violação de proibições mais graves, não podendo ultrapassar o prazo de noventa dias, implicando a suspensão do pagamento da remuneração durante sua vigência.
- c) O abandono de cargo caracteriza-se pela ausência injustificada ao serviço por mais de trinta dias, ainda que não haja intenção do servidor.
- d) A inassiduidade habitual configura-se pela falta injustificada ao serviço por trinta dias consecutivos no período de doze meses.

58. No curso do processo administrativo-disciplinar, quanto aos direitos do servidor, à produção de provas e à oitiva de testemunhas e do denunciado, assinale a alternativa **correta**:

- a) O servidor poderá acompanhar o processo apenas por intermédio de procurador, sendo vedado o acompanhamento pessoal.
- b) O presidente da comissão é obrigado a deferir toda e qualquer prova requerida pelo servidor, ainda que manifestamente protelatória.
- c) O procurador do denunciado pode assistir ao interrogatório e à inquirição das testemunhas, mas não pode interferir diretamente nas perguntas, podendo reinquiri-las apenas por intermédio do presidente da comissão.
- d) As testemunhas poderão apresentar seus depoimentos por escrito, desde que reduzidos a termo posteriormente pela comissão.

59. Sobre a revisão do processo administrativo-disciplinar, assinale a alternativa **correta**:

- a) A revisão somente poderá ser requerida pelo próprio servidor punido, sendo vedada a iniciativa de ofício pela Administração.
- b) A simples alegação de que a penalidade aplicada foi injusta já é suficiente para autorizar a revisão do processo disciplinar.
- c) No processo revisional, o ônus da prova permanece com a Administração Pública, por se tratar de reanálise de penalidade já aplicada.
- d) A revisão do processo administrativo-disciplinar poderá ocorrer a qualquer tempo, desde que fundada em fatos novos ou circunstâncias capazes de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.

60. À luz dos princípios éticos fundamentais que regem a atuação do servidor público, assinale a alternativa **correta**:

- a) O dever de lealdade institucional impõe ao servidor obediência irrestrita às ordens superiores, ainda que contrárias à legalidade ou à moralidade administrativa.
- b) O zelo e a diligência no serviço público restringem-se ao cumprimento formal das normas legais, sendo dispensável a busca por melhoria da eficiência e da qualidade do serviço prestado.
- c) O dever de sigilo profissional é absoluto e impede o compartilhamento de qualquer informação obtida no exercício do cargo, ainda que a divulgação seja legalmente exigida.
- d) A ética no serviço público exige do servidor atuação íntegra, eficiente e respeitosa, voltada ao interesse coletivo, com observância da moralidade administrativa, da lealdade institucional, da proteção ao sigilo profissional e do respeito aos direitos dos cidadãos.

**ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL E
ESTATUTO DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE E ATUALIZAÇÕES***Lilian Novakoski*

61. De acordo com o Estatuto da Igualdade Racial, constitui objetivo fundamental da política de promoção da igualdade racial:

- a) A concessão de benefícios assistenciais exclusivamente à população negra.
- b) A garantia da igualdade de oportunidades e a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos.
- c) A substituição do princípio da igualdade formal pelo da igualdade material apenas no campo educacional.
- d) A criação de cotas raciais obrigatórias em todos os cargos públicos.

62. Segundo o Estatuto da Igualdade Racial, o Estado deverá adotar medidas para combater o racismo e promover a igualdade racial:

- a) Apenas no âmbito da segurança pública, educação e habitação.
- b) Somente por meio de ações repressivas de natureza penal.
- c) Em todas as áreas da vida social, inclusive educação, saúde, trabalho, cultura e acesso à justiça.
- d) Exclusivamente por meio de políticas de assistência social.

63. De acordo com o ECA, considera-se adolescente a pessoa:

- a) Até 12 anos de idade incompletos.
- b) Entre 12 e 18 anos de idade incompletos.
- c) Entre 14 e 21 anos de idade.
- d) Entre 10 e 18 anos de idade completos.

64. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, a aplicação de medidas socioeducativas deve observar, entre outros, o princípio:

- a) Da punição proporcional ao dano causado.
- b) Da prioridade da internação como resposta ao ato infracional.
- c) Da brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento em medidas de internação.
- d) Da obrigatoriedade da medida privativa de liberdade em caso de reincidência.

65. Com relação ao Estatuto da Criança e Adolescente, marque a alternativa INCORRETA.

- a) Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal.
- b) Ao ato infracional praticado por criança corresponderão as medidas protetivas previstas em lei.
- c) As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável ou em razão da conduta do menor.
- d) Nenhum adolescente será privado de sua liberdade sem o devido processo legal, sendo assegurada, dentre outras garantias o pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, mediante citação ou meio equivalente e direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente exclusivamente por meio de advogado.

JUSTIÇA RESTAURATIVA E COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA.*Rodrigo Rennó*

66. O modelo de justiça penal tradicional fundamenta-se, em grande medida, na ideia de violação da norma jurídica e na aplicação de uma sanção proporcional ao fato cometido. A Justiça Restaurativa surge como uma abordagem alternativa, questionando essa lógica predominante.

Nesse sentido, a principal crítica formulada pela Justiça Restaurativa ao modelo retributivo reside no fato de que este

- a) prioriza o diálogo entre vítima, ofensor e comunidade.
- b) busca a reparação do dano causado como objetivo central.
- c) concentra-se na punição do infrator, afastando a dimensão relacional do conflito.
- d) promove a responsabilização ativa do ofensor.

67. No âmbito da Justiça Restaurativa, o diálogo ocupa papel central e estruturante, diferenciando-se substancialmente da lógica predominante nos processos judiciais tradicionais.

Essa centralidade do diálogo decorre do fato de que, no paradigma restaurativo, ele

- a) substitui integralmente o processo judicial formal.
- b) possibilita a escuta qualificada e a construção compartilhada de soluções.
- c) elimina a necessidade de responsabilização do ofensor.
- d) restringe a participação da vítima à fase inicial do procedimento.

68. No modelo da Comunicação Não Violenta, desenvolvido por Marshall Rosenberg, a etapa da observação é fundamental para evitar conflitos e mal-entendidos no processo comunicativo.

Essa etapa caracteriza-se por

- a) interpretar as intenções do interlocutor a partir de seus comportamentos.
- b) descrever fatos concretos de forma objetiva, sem julgamentos ou avaliações.
- c) expressar sentimentos despertados pela situação vivenciada.
- d) identificar as necessidades não atendidas.

69. Na Comunicação Não Violenta, a identificação das necessidades ocupa papel central na compreensão dos conflitos e das emoções envolvidas nas interações humanas.

Essa importância decorre do fato de que as necessidades

- a) justificam comportamentos inadequados nas relações interpessoais.
- b) substituem a necessidade de pedidos claros e objetivos.
- c) eliminam automaticamente os conflitos existentes.
- d) explicam a origem dos sentimentos e das ações humanas.

70. Comparada aos modelos tradicionais de comunicação baseados em julgamento, acusação ou rotulação, a Comunicação Não Violenta propõe uma mudança significativa na forma de interação entre as pessoas.

Essa mudança se expressa, principalmente, pelo fato de a CNV

- a) promover escuta empática e corresponsabilidade no diálogo.
- b) priorizar a eficiência comunicativa em detrimento das relações.
- c) reforçar a culpabilização do outro como forma de controle.
- d) substituir o diálogo por técnicas persuasivas.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>